

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 010/2022
PREGÃO ELETRÔNICO
NUP: 61984.003981/2022-29

A Diretoria Executiva - DIREX da **Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar**, torna público para conhecimento dos interessados que, esta Empresa, situada na Esplanada dos Ministérios, s/n, Bloco U, Zona Cívico-Administrativa, Brasília – Distrito Federal, CEP.: 70.065-900, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para contratação de serviços especializados de Outsourcing para a gestão financeira, contábil, fiscal, tributária das operações necessárias às atividades das áreas de competências legais da ENBPar. A sessão pública será realizada pela Internet, nos termos do Decreto nº 10.024/19 e em conformidade com as Leis nº 10.520/02, Lei nº 13.303/16, subsidiariamente, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 139/11, Lei Complementar nº 147/14, Decreto nº 8.538/15, Decreto nº 7.203/10, com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar, aprovado em 12 de abril de 2022, e as penalidades previstas no art. 185 da Lei nº 14.133/21, devidamente atualizados, com as demais normas legais pertinentes e com o que está estabelecido neste Edital.

1 – DA APROVAÇÃO JURÍDICA

1.1 – A minuta do presente Edital foi aprovada pela Diretoria Executiva - DIREX da ENBPar, por meio da Resolução de Diretoria - RDE nº 091, de 02 de dezembro de 2022, conforme Parecer Jurídico nº 041/2022, de 03 de outubro de 2022, da Consultoria Jurídica (CONJUR) da ENBPar, ratificado pela Nota Jurídica nº 13/2022, nos termos do inciso VII do art. 71 e dos incisos IV e VII do art. 72, ambos do Estatuto Social da ENBPar e do inciso VIII do art. 2º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

2 – DOS EVENTOS

2.1 – Recebimento das proposições de preços de 08/12/2022 até as 09h do dia 20/12/2022, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço www.compras.gov.br.

2.2 – Sessão pública na Internet para recebimento dos lances: início às 09h30 do dia 20/12/2022 no endereço www.compras.gov.br.

2.3 – Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília-DF.

3 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1 – Contratação de serviços especializados de Outsourcing para a gestão financeira, contábil,

fiscal, tributária das operações necessárias às atividades das áreas de competências legais da ENBPar, conforme detalhado no Item 1 do Termo de Referência - ANEXO A deste Edital.

3.2 – O valor máximo que a ENBPar pretende pagar por este objeto, fruto de pesquisa mercadológica, será tratado como sigiloso e declarado no “chat” imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas pelo Licitante.

3.3 – O valor ofertado deverá considerar:

- I) Todos os materiais, serviços, ferramentas e componentes empregados para execução integral e perfeita do objeto contratado;
- II) Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a Contratada para execução integral e perfeita do objeto contratado; e
- III) Todas as despesas com o pessoal da Contratada, tais como mão de obra, deslocamentos, estadias e diárias, se for o caso.

4 – DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1 – Processamento contínuo das operações e das atividades associadas à comercialização, no Brasil, da energia elétrica gerada por Itaipu Binacional, englobando a emissão das notas fiscais de compra e venda de energia elétrica, atividades fiscais, tributárias, financeiras, contábeis e obrigações acessórias, dentre outras responsabilidades e atividades correlatas, e, ainda, ao processamento e controle financeiro, controle de contas a pagar e contas a receber, folha de pagamentos e obrigações acessórias, verificação independente de caixa e geração de indicadores gerenciais (*dashboard*);

4.2 – Processamento das operações e das atividades fiscais, tributárias, financeiras, contábeis, e demais obrigações acessórias correlatas, referentes à movimentação financeira, ao controle de pagamento dos contratos, à migração de saldos contábeis e ao cumprimento de outras responsabilidades fiscais, tributárias, financeiras e contábeis associadas, inerentes à atividade da ENBPar, inclusive na condição de *holding*;

4.3 - Detalhamentos contábeis e gerenciais necessários à ENBPar, englobando a importação, a exportação, a migração e a carga de dados e de informações para os sistemas que darão suporte às operações e às atividades descritas nos itens 4.1 e 4.2 acima;

4.4 – Obrigações específicas da ENBPar junto à ANEEL, ao ONS e à CCEE naquilo em que concernentes aos serviços contratados, bem como outras atividades que venham a constituir o objeto social da ENBPar até a data da contratação;

4.5 - Caso haja prorrogação do prazo de execução do contrato, eventual e futuramente, por

demanda específica da ENBPar, assessorar a configuração de Sistema ERP da ENBPar e prestar a execução, neste novo Sistema, das atividades descritas nos itens 4.1 a 4.4 acima.

4.6 – Escopo

4.6.1 - Para a eficiente consecução dos serviços contratados, a futura contratada deverá realizar as fases de implementação dos macroprocessos, operacionalização e execução das rotinas e processos de trabalho, fechamento e migração das informações nos seguintes termos:

4.6.1.1 - Gestão financeira-contábil-fiscal-tributária das operações necessárias às atividades da ENBPar, com fornecimento de Sistema de Gestão Integrado - ERP, em operações associadas **(a)** à comercialização, no Brasil, da Energia Elétrica gerada por Itaipu Binacional, **(b)** às atividades fiscais, tributárias, financeiras, contábeis, e demais obrigações acessórias correlatas, referentes à movimentação financeira e ao controle de pagamento dos contratos e ao cumprimento de outras responsabilidades fiscais, tributárias, financeiras e contábeis associadas inerentes a atividade da ENBPar, inclusive na condição de *holding*, **(c)** aos Programas de Governo (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia, Reserva Global de Reversão - RGR e Bens da União Sob Administração - BUSA) e demais atividades associadas às correlatas obrigações acessórias correlatas e **(d)** às obrigações específicas da ENBPar junto à ANEEL, ao ONS e à CCEE naquilo em que concernentes aos serviços contratados, bem como outras atividades que venham a constituir o objeto social da ENBPar até a data da contratação.

4.6.1.2 - Implementação

O processo de implementação é uma etapa importante, por ser o momento que antecede o início dos trabalhos e rotinas mensais. Tem por objetivo criar um diagnóstico atualizado das áreas terceirizadas para servir de radar operacional e para se obter um histórico para suportar eventuais sugestões de melhorias.

Estima-se um prazo de 10 (dez) dias para a realização de um diagnóstico, mapeamento das operações e implantação dos novos procedimentos.

As principais atividades dessa fase de implementação são:

- Mapeamento das operações da empresa;
- Mapeamento dos produtos, tributação e regras fiscais da empresa;

- Validação das operações no sistema ERP;
- Verificação das obrigações societárias, fiscais, tributárias, trabalhistas e acessórias;
- Procedimentos das rotinas de fechamentos mensais;
- Análise das rotinas de segurança dos sistemas.

Como resultado desta fase, a Contratada ficará apta a dar sequência à operacionalização e execução de suas atividades administrativas.

4.6.1.3 - Operacionalização

Nesta fase, serão operacionalizados os seguintes processos:

- Processamento Contábil;
- Processamento Fiscal-Tributário;
- Processamento Financeiro (contas a receber, contas a pagar e fluxo de caixa);
- Processamento de Faturamento;
- Verificação Independente do Caixa;
- Observatório digital: *Dashboard* de Indicadores Gerenciais.

O Processamento Contábil contemplará em especial:

- Classificação contábil;
- Lançamentos contábeis;
- Geração de balancetes;
- Conciliações e análises das contas;
- Contabilidade/normas nacionais (BRGAAP);
- Normas internacionais IFRS (USGAAP);
- Apuração do Resultado mensal, trimestral e anual;
- Razão geral eletrônico;
- Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Emissão dos relatórios contábeis societários, fiscais, tributários, mensais/trimestrais/anuais;

- Elaboração das Demonstrações Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas;
- Consolidação das Demonstrações Financeiras da controladora ENBPar com as Demonstrações Financeiras das controladas;
- Elaboração das informações acessórias a serem encaminhadas à Receita Federal;
- Estoque, Controle e Gestão;
- Atendimento as auditorias internas/externas e fiscalizações;
- Ativo Fixo, Depreciação e Amortização;
- Geração e disponibilização de relatórios padrões mensais de fechamento; e
- Atendimento das demais obrigações aplicáveis à ENBPar.

Fiscais e Folha de Pagamentos:

- Apurações fiscais, estaduais e federais;
- Administração de taxas municipais;
- Controle de certidão negativas, no que se refere a tributos;
- Elaboração e entrega de todas as obrigações acessórias;
- Administração e renovação dos convênios estaduais.
- Apoio as áreas internas às demandas do REIDI;
- Entrega de obrigações trabalhistas sem movimento, quando for SPE;
- Atendimento a due dilligence ou auditoria externa quando necessário;
- Retenções de tributos para serviç os e produtos tomados;

- Processamento da folha de pagamentos e obrigações acessórias.

O Processamento Fiscal compreenderá:

- Indiretos
 - Análise de notas fiscais recebidas e emitidas;
 - Análise da tributação;
 - Análise de todos os dados operacionais relativos à comercialização da energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, insumos básicos para emissão das notas fiscais de compra e venda de energia elétrica;
 - Análise de todos os dados operacionais relativos aos programas de governo;
 - Apuração e emissão de guias dos impostos e contribuições sobre faturamento (ICMS, ICMS-ST, IPI, ISS, PIS, COFINS) e retidos (IRRF, CSLL, PIS, COFINS, ISS, INSS, CIDE);
 - Acompanhamento e instrução das alterações da legislação;
 - Atendimento às inspeções fiscais;
 - Elaboração e transmissão das obrigações acessórias (SPED Contribuições, DCTF, DIRF, Declarações Municipais/Distritais, GIA ICMS);
 - Assistir auditoria interna/externa e/ou inspeções fiscais;
 - Geração e disponibilização de relatórios padrões mensais de fechamento.
- Diretos
 - Emissão de notas fiscais em geral;
 - Emissão das notas fiscais de compra e venda de energia elétrica relativas à comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional e, se aplicável, dos programas de governo, RGR e BUSA;
 - Cálculo e emissão mensal/trimestral/anual de formulário de IRPJ e CSLL;

- Elaboração do LALUR;
- Elaboração de formulário de PER/DCOMP;
- Análises do crédito fiscal/impostos recuperáveis;
- ECD- Escrituração Contábil Digital;
- ECF- Escrituração Contábil Fiscal; e
- Atendimento a outras obrigações fiscais/tributárias aplicáveis à ENBPar.

O Processamento Financeiro abará:

- Tesouraria
 - Análise de informações e preparação de fluxo de caixa.
- Contas a pagar
 - Agendamentos de pagamentos via Internet banking;
 - Conciliação e baixa de pagamentos;
 - Controle operacional da carteira de títulos a pagar conferida com termos e condições;
 - Requisição de autorizações para efetuar pagamentos. A equipe financeira da Contratada terá acesso as contas bancárias apenas como operadora, não efetuarão liberação de pagamentos da ENBPar;
 - Pagamento ao exterior através de fechamento de câmbio.
- Contas a receber
 - Emissão de boletos bancários;
 - Monitorar todos os recebimentos;
 - Conciliar as notas fiscais emitidas, boletos e extrato bancário.

O Processamento de Faturamento contemplará:

- Análise tributária e procedimentos fiscais da operação de venda;
- Criação de um usuário do cliente no ERP da Contratada para inclusão de pedidos;
- Recebimento de formulário ou solicitação de faturamento preenchido no sistema da Contratada, pela ENBPar, incluindo preços de venda, dados do cliente e condições comerciais;
- Emissão de nota fiscal;
- Geração e disponibilização de relatórios padrões mensais de fechamento; e
- Atendimento das demais obrigações aplicáveis à ENBPar.

Será ainda operacionalizada a verificação independente do caixa relativo às entradas, saídas e conversões financeiras da moeda estrangeira aplicável.

O observatório digital (*dashboard*) contemplará:

- *Dashboards* e relatórios visuais para demonstrar aderência das operações, contabilidade, fiscal, tributária e trabalhista às boas práticas de mercado e ao regulamento estatutário;
- Possibilidade de alinhamento com indicadores estratégicos e operacionais;
- Possibilidade de disponibilizar consultas públicas e privadas para efeito de auditorias externas e internas.

4.6.1.4 - Fechamento

As atividades de fechamento contemplam a migração/transição dos serviços e informações para o ERP e a migração dos dados contábeis, fiscais, tributários, contratuais, recursos humanos e outros (se houver).

5 - DOS ANEXOS

5.1 – Fazem parte integrante do Edital os seguintes Anexos:

- a) Termo de Referência – **ANEXO A**;
- b) Minuta de Contrato – **ANEXO B**;

Apêndice I – Matriz de Risco;

Apêndice II – Modelo de Certificado de Realização de Evento – CRE;

Apêndice III – Modelo de Certificado de aceitação Provisória – CAP; e

Apêndice IV – Modelo de Certificado de aceitação Definitiva – CAD.

- c) Planilha de Formação de Preços – **ANEXO C**; e
- d) Declaração de Antinepotismo – **ANEXO D**.

6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Da Participação

6.1 – Poderão participar desta licitação, empresas nacionais ou estrangeiras, com sede ou representante legal domiciliado no Brasil, que atendam as condições deste Edital.

6.2 – Para a participação nesta licitação, é necessário que o interessado esteja credenciado no SICAF.

Do Procedimento para credenciamento junto ao Provedor do Sistema

6.3 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta no “Manual do Pregão Eletrônico Tradicional para Fornecedores”, disponibilizado no endereço www.compras.gov.br.

6.4 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.5 – Tal credenciamento, conforme normas do site www.compras.gov.br, depende de registro cadastral atualizado no SICAF.

6.6 – O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilização legal do licitante e de seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.7 – É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante. Não cabe ao Provedor do Sistema, à ENBPar ou à EMGEPRON, promotora da presente licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, mesmo que por terceiros.

7 – DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR

7.1 – Estará impedida de participar de licitações a empresa:

I – Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja Administrador (inclusive Diretor), empregado da ENBPar ou empregado da EMGEPRON;

II – Suspensa pela ENBPar ou pela EMGEPRON;

III – Declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV – Constituída por sócio de pessoa jurídica que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;

V – Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;

VI – Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII – Cujos administradores tenham sido sócios ou administradores de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; e

VIII – Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União.

7.2 – Também estarão impedidas:

I – À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em Licitação, na condição de licitante;

II – A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da ENBPar ou da EMGEPRON;

b) Empregado da ENBPar ou da EMGEPRON, cujas atribuições envolvam atuação na ALC, na CONJUR, nas Assessorias da Presidência e/ou na respectiva Unidade Solicitante; e

c) Autoridade do Ministério de Minas e Energia; e/ou

III - À pessoa jurídica, cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social tenha sido Administrador (inclusive Diretor) da ENBPar ou da EMGEPRON, ou empregado da Companhia em alguma das situações descritas na letra “b” do item II acima, e terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a ENBPar ou com a EMGEPRON há menos de seis meses.

7.3 - Para cumprimento do exposto acima, serão consultados o Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores - **SICAF**, o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - **CNEP** e o portal de Certidões da Administração Pública Federal - TCU/certidões consolidadas.

8 – REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 – O regime de execução do objeto desta licitação será o de empreitada por preço global, sendo a adjudicação do Pregão pelo menor preço global cotado pela proponente.

8.2 – A prestação do objeto desta licitação é de natureza contínua sem interrupções.

9 – DA SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

9.1 – Os licitantes serão obrigados a declarar, quando houver, a superveniência de qualquer fato impeditivo da habilitação que importe em alteração de suas condições de participação neste processo, sujeito às penalidades legais (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

9.2 – A comprovação citada no subitem anterior deverá ser realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

10 – DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

10.1 – Para fins de habilitação ao certame, os interessados se obrigam a satisfazer os requisitos relativos a:

Da Habilitação Jurídica

10.2 – Será exigida a seguinte documentação para habilitação jurídica:

- a) Cédula de identidade, no caso de pessoa física e para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Procuração, ou outra forma de instrumento de mandato, para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante(s), quando estes não sejam seus representantes legais na forma da documentação referida nas alíneas b), c) e d); e
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato, registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.

Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

10.3 - A regularidade Fiscal e Trabalhista serão comprovadas com a apresentação das seguintes documentações:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional e relativa à Seguridade Social, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da correspondente Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Da Qualificação Técnica

10.4 - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica (ACT), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o proponente realizou, até o encerramento das atividades contábeis referentes ao último exercício fiscal findo, a prestação dos serviços especializados de Outsourcing objeto deste Edital, compreendendo: (a) disponibilização de Sistema Integrado de

Gestão (ERP); (b) escrituração contábil e fiscal; (c) emissão de notas fiscais de compra e venda de bens/prestação de serviços; e (d) apuração de tributos sobre o lucro de empresa enquadrada como lucro real.

10.4.1 - O Atestado de Capacidade Técnica (ACT) deverá, obrigatoriamente, ser apresentado de forma clara e legível, sem rasuras, em papel timbrado do emitente, contendo a razão social ou a denominação social do emitente, o CNPJ do emitente, o local e o período (de início e de fim) de realização dos serviços, a assinatura e a identificação do emitente e deverá comprovar, ainda, que o proponente realizou a prestação de serviços para emitente que possua características financeiras similares às da ENBPar, com valores iguais ou superiores a:

- a) R\$615.000.000,00 (seiscentos e quinze milhões de reais) de patrimônio líquido;
- b) R\$207.000.000,00 (duzentos e sete milhões de reais) de faturamento médio mensal.

10.4.2 - Os valores referenciados nas alíneas (a) e (b) do Item 10.4.1 acima representam, aproximadamente, 15% (quinze por cento) dos valores correspondentes ao último fechamento contábil da ENBPar anterior à data de publicação deste Edital.

10.4.3 - O conceito de faturamento encontra-se diretamente intrínseco à formalização fiscal da venda de energia elétrica realizada pela ENBPar. Conforme art. 3º do Decreto nº 11.027/2022, a ENBPar, como Agente Comercializador de Energia de Itaipu Binacional, é responsável pela comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional consumida no Brasil, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.899/1973. Neste caso, conforme exigência fiscal, é necessária a emissão de Nota Fiscal para esse tipo de procedimento. Cabe destacar que, além de faturar a compra e a venda de energia comercializada de Itaipu Binacional, a ENBPar é responsável por todas as obrigações acessórias do referido faturamento.

10.4.4 - A fim de se obter os quantitativos de valores das características financeiras similares às da ENBPar conforme alíneas (a) e (b) do Item 10.4.1 deste Edital, será aceita a soma de atestados até o limite de 6 (seis) atestados.

10.4.4.1 - Os atestados efetivamente utilizados, em número máximo de 6 (seis), para se obter a soma dos quantitativos de valores dos emitentes com as características financeiras similares às da ENBPar, somente serão aceitos pela ENBPar se comprovarem, em seu conjunto, a prestação dos serviços descritos nas alíneas (a) a (d) do Item 10.4 deste Edital. Será desclassificado o proponente que apresentar a soma de atestados, em número máximo de 6 (seis) atestados, que não atendam, em seu conjunto, os Itens 10.4 e 10.4.1 deste Edital.

10.4.4.2 - Caso o proponente apresente atestados em número superior a 6 (seis) atestados, a ENBPar realizará a combinação necessária a fim de verificar o atendimento aos Itens 10.4 e 10.4.1, observados os critérios a que referem os Itens 10.4.4 e 10.4.4.1, deste Edital.

Da Qualificação Econômico-Financeira

10.5 - A qualificação econômico-financeira será comprovada com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta; e
- b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso.

10.5.1 – A comprovação da situação financeira da empresa licitante será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

10.5.2 – As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), ou Solvência Geral (SG), ou Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido com valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

Das Declarações

10.6 – Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

10.6.1 – **Declaração de Cumprimento ao Inciso XXXIII do art. 7º da CF** – Proibição ao Emprego de Menores, realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

10.6.2 – **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

10.6.3 – **Declaração de Ciência do Edital** para comprovação de ciência e concordância com as

condições contidas no edital e seus anexos, bem como do cumprimento pleno dos requisitos de habilitação definidos no Edital.

10.6.4 – Quando for o caso, Declaração de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para comprovação do cumprimento do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e, assim, usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

10.6.5 – Declaração de Fato Superveniente para comprovação até a presente data da inexistência de fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

10.6.6 – Declaração de Acessibilidade para comprovação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, da ciência do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa licitante, do atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.6.7 – Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado para comprovação de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

10.6.8 – Declaração de Cota de Aprendizagem para comprovação do cumprimento da cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

Declaração de Antinepotismo

10.7 – O licitante deverá apresentar a Declaração de Antinepotismo, conforme o modelo do ANEXO D deste Edital, para comprovar atendimento ao art. 7º do Decreto nº 7.203/2010 e ao Inciso II do parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 13.303/2016.

11 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 – O valor máximo aceitável para a contratação será sigiloso e tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas, entretanto, será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.1.1 – O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no art. 34 da Lei nº 13.303/16, §3º do art. 7º da Lei nº 12.527/11 e no art. 20 do Decreto nº 7.724/12.

11.2 – A Proposta deverá ser apresentada, obrigatoriamente, de acordo com a Planilha de Formação de Preços – ANEXO C deste Edital, e em conformidade com os itens a seguir:

- a) Apresentar-se em uma única via, em papel timbrado do licitante, digitada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas, numeradas sequencialmente e assinada pelo representante legal do licitante;
- b) Ser objetiva e precisa, contendo, necessariamente, todas as especificações do objeto que fornecerá; ser limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado. Não serão admitidas informações como “conforme especificado no Edital”;
- c) Ter, obrigatoriamente, validade declarada de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão pública na INTERNET, e, se constar qualquer data inferior a solicitada acima, será considerada a exigida neste Edital; e
- d) Apresentar valores em moeda corrente, em cifras numéricas, com duas casas decimais e consolidadas por extenso. Nos preços propostos, estarão computadas todas as despesas, encargos, custos, insumos, seguros e demais obrigações legais, fiscais, tributárias e trabalhistas que forem necessárias à execução do serviço objeto desta licitação.

11.3 – O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear ou reivindicar qualquer alteração a título de revisão de preço, compensação ou reembolso sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.4 – O valor da proposta do licitante deverá, obrigatoriamente, refletir o seu último valor ofertado após a negociação com a Pregoeira.

11.5 – Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações técnicas constantes neste Edital e Anexos, o licitante deverá obedecer a este Edital.

Da Diligência

11.6 – A qualquer tempo, caberá procedimento de diligência destinado a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, por iniciativa da Pregoeira, conforme aplicável, a quem caberá indicar a forma pela qual a diligência será realizada.

11.6.1 – A diligência poderá ser realizada *in loco* ou por meio postal, telefônico, eletrônico ou consulta ao mercado específico, bem como através de qualquer outro meio idôneo apto a esclarecer a dúvida suscitada;

11.6.2 – O registro das diligências realizadas deverá conter, minimamente, local, data, horário, procedimento e objeto, bem assim o nome e a função dos responsáveis pela sua realização, e, ainda, as informações colhidas, devendo ser anexado à documentação da licitação; e

11.6.3 – A Pregoeira poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que esta seja demonstrado.

11.6.4 – A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas

que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.6.5 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no COMPRASGOV com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

12.2 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência – ANEXO A deste Edital.

12.3 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.4 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.5 – O Sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.6 – O Sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

12.7 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.8 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixo para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

12.9 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.10 – O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

12.11 – O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte

(20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo Sistema os respectivos lances.

12.12 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.13 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo Sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.14 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.15 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.16 – Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo Sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.17 – Em caso de falha no Sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério da Economia.

12.17.1 – Na hipótese do item anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do Sistema.

12.18 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.19 – Durante o transcurso da sessão pública (ou seja, no momento em que o Pregão estiver acontecendo), os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.20 – O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e Anexos.

12.21 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Da Negociação da Proposta

12.22 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro, informará o valor máximo estimado da licitação, e encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.23 – A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais

licitantes.

12.24 – Após a negociação, a Pregoeira informará, via “chat”, o prazo de envio da proposta negociada.

12.25 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Desconexão do Sistema na etapa de lances

12.26 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.27 – Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Do Empate entre empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06.

12.28 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio para que se identifique a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta (inciso III, art. 45, da Lei Complementar nº 123/06).

12.29 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo Sistema Eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.30 – Entende-se, por empate, as situações em que as propostas apresentadas pelas empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06 sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.31 – Na modalidade de Pregão, o intervalo percentual estabelecido no item 12.30 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

12.32 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – A empresa enquadrada na Lei Complementar nº 123/06 mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado, em seu favor, o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da empresa enquadrada na Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos itens 12.30 e 12.31, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens 12.30 e 12.31, será realizado sorteio para que se identifique aquela empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.33 – Na hipótese da não-contratação de empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

12.34 – O procedimento de desempate descrito acima acontecerá somente quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada pelas empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06.

12.35 – No caso de Pregão, a empresa enquadrada na Lei Complementar nº 123/06, mais bem classificada, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

13 - ENVIO ELETRÔNICO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1 – Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro convocará o licitante classificado para negociar seu preço e analisar a documentação inserida, previamente (ou seja, antes da abertura da sessão pública), no Sistema.

13.2 – Caso o Pregoeiro necessite de documentos complementares, estes serão solicitados por e-mail ou pela opção “Convocar Anexo” do Sistema COMPRASGOV, dentro do prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação.

13.3 - A documentação enviada pelo Sistema deverá ser apresentada em conformidade com, pelo menos, uma das seguintes opções:

- I – No original, em meio físico ou digital, cada qual na forma da respectiva legislação específica;
- II – Por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente, por servidor da Administração Pública ou por meio digital, assim reconhecido pela respectiva legislação específica;
- III – cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais ou cópias autenticadas, nos termos referidos itens I e II, para conferência pelo Pregoeiro; ou
- IV – Publicação em órgão da Imprensa Oficial.

14 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

14.1 – Encerrada a etapa de lances, divulgado o valor máximo estimado para a contratação e finalizada a negociação, o Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, através da consulta *online* no **SICAF**, e apreciará a documentação complementar não contemplada no Sistema e entregue conforme estabelecido no subitem **13.2** deste Edital.

14.2 – **Será considerado inabilitado o licitante:**

- a) Que possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a ENBPar ou com a Administração Pública, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública; e
- b) Que deixe de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em

desacordo com as disposições deste Edital.

14.3 - Serão desclassificadas as propostas de preços:

- a) Que não atendam aos requisitos estabelecidos neste Edital; e
- b) Cujos valores sejam diferentes do valor negociado no Sistema com o Pregoeiro ao final da etapa de lances.

14.4 – Se a proposta de preços ou a documentação apresentada para habilitação não atenderem às exigências deste Edital, a Pregoeira examinará a proposta e a documentação do licitante subsequente, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até que um licitante atenda a todas as exigências deste Edital.

14.5 – Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** sobre o valor máximo da Licitação; iniciando-se, assim, a contagem do prazo para a intenção de recursos.

15 - DAS EMPRESAS ENQUADRADAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06.

15.1 – As empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que haja alguma restrição (*caput* do art. 43, da Lei Complementar nº 123/06).

15.2 - Caso haja restrição na regularidade fiscal, a regularização, inclusive com emissão de certidões, deverá ocorrer no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da ENBPar, contados a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (§1º, art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14).

15.3 – A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303/16. É facultado à ENBPar revogar a Licitação ou convocar os licitantes remanescentes para a assinatura do contrato na ordem de classificação (§2º, art. 43, da Lei Complementar nº 123/06).

16 – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

Da Impugnação

16.1 – Eventual Impugnação ao presente Edital deverá ser apresentada, devidamente instruída, ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, por meio do seguinte endereço de e-mail: licitacao@emgepron.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública desta Licitação.

16.2 – O prazo para o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, decidir sobre a Impugnação será de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da Impugnação.

Do Recurso

16.3 – Declarado o vencedor da Licitação, qualquer licitante, durante a sessão pública, poderá

manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, devendo registrá-la no campo próprio do Sistema.

16.4 – O licitante que manifestar interesse em recorrer terá o prazo máximo de até 03 (três) dias úteis para fazê-lo; igual prazo será garantido aos demais licitantes para apresentação de contrarrazões recursais, contado a partir do término do prazo do licitante recorrente.

16.5 - A Pregoeira decidirá, em 03 (três) dias úteis, reconsiderar o ato recorrido ou prestar as informações correspondentes, e enviará a sua decisão para apreciação da Consultoria Jurídica da ENBPar (CONJUR).

16.6 - A Consultoria Jurídica da ENBPar (CONJUR) emitirá parecer em até 3 (três) dias úteis.

16.7 - Caberá ao Diretor-Presidente da ENBPar emitir decisão final acerca do recurso em até 10 (dez) dias úteis, nos casos em que não for acolhido o recurso pela Pregoeira.

16.8 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da Licitação ao vencedor.

16.9 – O recurso interposto contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo.

16.10 – O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.11 – Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será adjudicado o objeto desta Licitação ao licitante vencedor do certame.

16.12 – Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão acerca dos recursos por mensagem de e-mail, ou por outra maneira formal.

16.13 – As impugnações e os recursos serão recebidos, exclusivamente, pelo seguinte endereço de e-mail: licitacao@emgepron.gov.br.

17 – DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 – À vista do relatório do Pregoeiro, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da ENBPar, para fins de homologação.

17.2 – Quando o adjudicatário não cumprir o prazo e as demais condições estabelecidas neste Edital, será facultado à ENBPar:

- a) convocar os licitantes remanescentes, registrados, na ordem de classificação; ou
- b) revogar a licitação.

18 - DO CONTRATO A SER CELEBRADO

Do Prazo

18.1 - O contrato decorrente deste Edital terá prazo de execução de 12 (doze) meses e prazo de vigência de 14 (quatorze) meses, ambos contados da data de assinatura do contrato, sendo

permitida a prorrogação contratual, mediante ajuste comum entre as Partes e celebração de termo aditivo, observado o disposto no artigo 71 da Lei nº 13.303/2016.

Da Convocação do Adjudicatário

18.2 - Fica estabelecido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação no Diário Oficial da União - DOU, para a convocação do adjudicatário visando à celebração do contrato.

Da Manutenção das Condições de Habilitação

18.3 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante toda a vigência do contrato.

Da Convocação dos Licitantes Remanescentes

18.4 - Na hipótese de o adjudicatário não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital.

19 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 – Com fulcro no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - Não assinar o contrato;
- II – Não entregar a documentação exigida neste Edital;
- III – Apresentar documentação falsa;
- IV – Causar o atraso na execução do objeto;
- V – Não mantiver a proposta;
- VI – Falhar na execução do contrato;
- VII – Fraudar a execução do contrato;
- VIII – Comportar-se de modo inidôneo;

IX – Declarar informações falsas; e

X – Cometer fraude fiscal.

19.2 – As sanções descritas acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em Pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela ENBPar.

19.3 – As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

20 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS

20.1 – Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Termo de Referência estão consignados no Programa de Dispêndio Global (PDG) aprovado pela Portaria ME nº 4.560, de 17 de maio de 2022, publicada no DOU de 18 de maio de 2022, e correrão por conta da Dotação Orçamentária: 2.205.900.000 (reprogramada) para o exercício de 2022.

21 – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

21.1 – A autoridade da ENBPar, competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Edital, poderá:

- a) revogar a Licitação - por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; e
- b) anular a Licitação - por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.2 – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito, ao contratado de boa-fé, ao ressarcimento dos encargos que, comprovadamente, tiver suportado no cumprimento do contrato.

22 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – A participação na presente Licitação implica na concordância com todos os termos e condições deste Edital.

22.2 – Os licitantes arcarão, exclusiva e integralmente, com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

22.3 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e Anexos.

22.4 – Somente serão aceitas as propostas e recebidos os lances encaminhados pelo Sistema Eletrônico.

22.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

22.6 - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na ENBPar.

22.7 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a esta Licitação deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente, no endereço de e-mail licitacao@emgepron.gov.br até as 16hs do dia 15/12/2022, data correspondente a 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

22.8 – A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

22.9 – Esta Licitação poderá ter seu prazo para recebimento das propostas e documentação de habilitação adiado ou prorrogado.

22.10 – Para dirimir as questões oriundas desta Licitação será competente a Seção Judiciária do Distrito Federal.

22.11 – Em caso de divergência entre o www.compras.gov.br e este Edital e Anexos, prevalecerão as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital.

22.12 – Este Edital, além da ampla publicidade decorrente da legislação, encontra-se disponível, na íntegra, na página da ENBPar na Internet: www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/orgaos-vinculados/enbpar/licitacoes.

Brasília - DF, em 7 de dezembro de 2022.

ARMANDO CASADO DE ARAÚJO
Diretor Financeiro

NEY ZANELLA DOS SANTOS
Diretor-Presidente

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0006/2022-DF-ENBPar - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE OUTSOURCING PARA A GESTÃO FINANCEIRA-CONTÁBIL-FISCAL-TRIBUTÁRIA DAS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DAS ÁREAS DE COMPETÊNCIAS LEGAIS DA ENBPAR, ENGLOBANDO AS ATIVIDADES ASSOCIADAS À COMERCIALIZAÇÃO, NO BRASIL, DA ENERGIA GERADA POR ITAIPU BINACIONAL, AOS PROGRAMAS DE GOVERNO (PROINFA, PROCEL, LUZ PARA TODOS, MAIS LUZ PARA A AMAZÔNIA), À RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO (RGR) E AOS BENS DA UNIÃO SOB ADMINISTRAÇÃO (BUSA) E DEMAIS SERVIÇOS REFERENTES ÀS OBRIGAÇÕES COMPULSÓRIAS CORRELATAS.

[Referências: Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021; Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021; Resoluções CPPI nº 203, de 19 de outubro de 2021, e 221, de 29 de dezembro de 2021; Ata da Assembleia Geral da ENBPar, de 04 de janeiro de 2022; Decreto nº 11.027/2022, de 31 de março de 2022; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar, de 12 de abril de 2022]

Sumário

1. OBJETO.....	3
2. MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.....	4
3. ESCOPO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS.....	5
4. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	10
5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS.....	11
6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL.....	11
7. SUBCONTRATAÇÃO.....	12
8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA.....	12
9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	12
10. OBRIGAÇÕES DA ENBPar.....	14
11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	15
12. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.....	15
13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	16
14. ESTIMATIVA DE CUSTO.....	16
15. GARANTIA.....	16
16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS.....	17
17. PRAZO DE VIGÊNCIA / EXECUÇÃO.....	17
18. CONCLUSÃO.....	17

1.

1. OBJETO

O presente Termo de Referência destina-se à contratação de serviços especializados de Outsourcing para a gestão financeira, contábil, fiscal, tributária das operações necessárias às atividades das áreas de competências legais da ENBPar, com as seguintes especificações:

(i) Processamento contínuo das operações e das atividades associadas à comercialização, no Brasil, da energia elétrica gerada por Itaipu Binacional, englobando a emissão das notas fiscais de compra e venda de energia elétrica, atividades fiscais, tributárias, financeiras, contábeis e obrigações acessórias, dentre outras responsabilidades e atividades correlatas, e, ainda, ao processamento e controle financeiro, controle de contas a pagar e contas a receber, folha de pagamentos e obrigações acessórias, verificação independente de caixa e geração de indicadores gerenciais (*dashboard*);

(ii) Processamento das operações e das atividades fiscais, tributárias, financeiras, contábeis, e demais obrigações acessórias correlatas, referentes à movimentação financeira, ao controle de pagamento dos contratos, à migração de saldos contábeis e ao cumprimento de outras responsabilidades fiscais, tributárias, financeiras e contábeis associadas, inerentes à atividade da ENBPar, inclusive na condição de *holding*;

(iii) Detalhamentos contábeis e gerenciais necessários à ENBPar, englobando a importação, a exportação, a migração e a carga de dados e de informações para os sistemas que darão suporte às operações e às atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima;

(iv) Obrigações específicas da ENBPar junto à ANEEL, ao ONS e à CCEE, bem como outras atividades que venham a constituir o objeto social da ENBPar até a data da contratação, naquilo em que concernentes aos serviços contratados;

(v) Caso haja prorrogação do prazo de execução do contrato, eventual e futuramente, por demanda específica da ENBPar, assessorar a configuração de Sistema

ERP da ENBPar e prestar a execução, neste novo Sistema, das atividades descritas nos itens (i) a (iv) acima.

Os serviços objeto deste TR enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 13.303/2016, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas encontradas no mercado, devendo ser contratados por licitação, na modalidade pregão eletrônico, pelo critério de menor preço global.

2. MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A ENBPar é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, organizada sob a forma de sociedade anônima, com criação autorizada pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, tendo sido criada pelo Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021, visando viabilizar o processo de desestatização da Eletrobras.

A ENBPar tem por finalidade:

- i. Manter sob o controle da União a operação de usinas nucleares;
- ii. Manter a titularidade do capital social e a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu Binacional por órgão ou entidade da administração pública federal para atender ao disposto no Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu, promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973;
- iii. Gerir contratos de financiamento que utilizem recursos da Reserva Global de Reversão - RGR celebrados até 17 de novembro de 2016;
- iv. Administrar os bens da União sob a administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, previstos no Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974;
- v. Administrar a conta corrente denominada Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, de que trata a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000; e
- vi. Gerir os contratos de comercialização da energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, de que trata a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A partir de 17 de junho de 2022, a ENBPar assumiu as atividades da Eletrobras que não foram privatizadas, a gestão de políticas públicas do setor elétrico e o controle da representação da parte brasileira junto à Itaipu Binacional e à Eletronuclear, responsável pelas Usinas Angra 1, 2 e 3 (em construção).

As responsabilidades assumidas pela ENBPar constituem serviço público federal de missão crítica, que envolvem a gestão da comercialização, no Brasil, da energia elétrica gerada por Itaipu Binacional, o relacionamento bilateral Brasil/Paraguai, a regularidade de fluxo de aproximadamente 10% (dez por cento) da geração de energia elétrica nacional, a gestão dos programas de governo, a saber: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos), Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal (Mais Luz para a Amazônia), bem como a Reserva Global de Reversão (RGR) e os Bens da União Sob Administração (BUSA).

A contratação da prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência é indispensável para o processamento das atividades que passaram para a responsabilidade da ENBPar com a desestatização da Eletrobras, a partir de 17 de junho de 2022.

Portanto, os serviços descritos neste Termo de Referência visam atender à necessidade permanente e contínua da ENBPar, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da Empresa, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público e o cumprimento da missão institucional da ENBPar.

Diante do exposto, urge a necessidade de que a ENBPar proceda à contratação dos serviços trazidos neste Termo de Referência, com estrutura eficiente e adequada para gestão financeira-contábil-fiscal-tributária das operações necessárias às atividades da ENBPar de comercialização, no Brasil, da energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional, dos programas de governo, da Reserva Global de Reversão (RGR) e dos Bens da União Sob Administração (BUSA), além das demais obrigações acessórias correlatas conforme escopo abaixo descrito.

A pretendida contratação no regime de execução de empreitada por preço global se justifica pela mensuração do quantitativo estimado, a ser prestado por preço certo e total, não importando transferência de risco desproporcional ao proponente, pois os preços de todos os serviços foram antecipadamente alvo de pesquisa de mercado para este tipo de contratação.

2. ESCOPO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto deste Termo de Referência são de natureza continuada.

Para a eficiente consecução dos serviços e atividades constantes neste Termo de Referência, a Contratada deverá realizar as fases de implementação dos macroprocessos, operacionalização e execução das rotinas e processos de trabalho, fechamento e migração das informações nos seguintes termos:

I. Gestão financeira-contábil-fiscal-tributária das operações necessárias às atividades da ENBPar, com fornecimento de Sistema de Gestão Integrado - ERP, em operações associadas **(a)** à comercialização, no Brasil, da Energia Elétrica gerada por Itaipu Binacional, **(b)** às atividades fiscais, tributárias, financeiras, contábeis, e demais obrigações acessórias correlatas, referentes à movimentação financeira e ao controle de pagamento dos contratos e ao cumprimento de outras responsabilidades fiscais, tributárias, financeiras e contábeis associadas inerentes a atividade da ENBPar, inclusive na condição de *holding*, **(c)** aos Programas de Governo (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia, Reserva Global de Reversão - RGR e Bens da União Sob Administração - BUSA) e demais atividades associadas às correlatas obrigações acessórias correlatas e **(d)** às obrigações específicas da ENBPar junto à ANEEL, ao ONS e à CCEE naquilo em que concernentes aos serviços contratados, bem como outras atividades que venham a constituir o objeto social da ENBPar até a data de divulgação do correspondente procedimento de contratação ou que assim sejam informadas no respectivo edital de licitação.

II. Implementação

O processo de implementação é uma etapa importante, por ser o momento que antecede o início dos trabalhos e rotinas mensais. Tem por objetivo criar um diagnóstico atualizado das áreas terceirizadas para servir de radar operacional e para se obter um histórico para suportar eventuais sugestões de melhorias.

Estima-se um prazo de 10 (dez) dias para a realização de um diagnóstico, mapeamento das operações e implantação dos novos procedimentos.

As principais atividades dessa fase de implementação são:

- Mapeamento das operações da empresa;
- Mapeamento dos produtos, tributação e regras fiscais da empresa;
- Validação das operações no sistema ERP;
- Verificação das obrigações societárias, fiscais, tributárias, trabalhistas e acessórias;
- Procedimentos das rotinas de fechamentos mensais;
- Análise das rotinas de segurança dos sistemas.

Como resultado desta fase, a Empresa ficará apta a dar sequência à operacionalização e execução de suas atividades administrativas.

III. Operacionalização

Nesta fase, serão operacionalizados os seguintes processos:

- Processamento Contábil;
- Processamento Fiscal-Tributário;
- Processamento Financeiro (contas a receber, contas a pagar e fluxo de caixa);
- Processamento de Faturamento;
- Verificação Independente do Caixa;
- Observatório digital: *Dashboard* de Indicadores Gerenciais.

O Processamento Contábil contemplará em especial:

- Classificação contábil;
- Lançamentos contábeis;
- Geração de balancetes;
- Conciliações e análises das contas;
- Contabilidade/normas nacionais (BRGAAP);
- Normas internacionais IFRS (USGAAP);
- Apuração do Resultado mensal, trimestral e anual;
- Razão geral eletrônico;
- Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Emissão dos relatórios contábeis societários, fiscais, tributários, mensais/trimestrais/anuais;
- Elaboração das Demonstrações Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas;
- Consolidação das Demonstrações Financeiras da controladora ENBPar com as Demonstrações Financeiras das controladas;
- Elaboração das informações acessórias a serem encaminhadas à Receita Federal;
- Estoque, Controle e Gestão;
- Atendimento as auditorias internas/externas e fiscalizações;
- Ativo Fixo, Depreciação e Amortização;
- Geração e disponibilização de relatórios padrões mensais de fechamento; e
- Atendimento das demais obrigações aplicáveis à contratante.

Fiscais e Folha de Pagamentos:

- Apurações fiscais, estaduais e federais;
- Administração de taxas municipais;
- Controle de certidão negativas, no que se refere a tributos;
- Elaboração e entrega de todas as obrigações acessórias;

- Administração e renovação dos convênios estaduais.
- Apoio as áreas internas às demandas do REIDI;
- Entrega de obrigações trabalhistas sem movimento, quando for SPE;
- Atendimento a due dilligence ou auditoria externa quando necessário;
- Retenções de tributos para serviços e produtos tomados;
- Processamento da folha de pagamentos e obrigações acessórias.

O Processamento Fiscal compreenderá:

- Indiretos
 - Análise de notas fiscais recebidas e emitidas;
 - Análise da tributação;
 - Análise de todos os dados operacionais relativos à comercialização da energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, insumos básicos para emissão das notas fiscais de compra e venda de energia elétrica;
 - Análise de todos os dados operacionais relativos aos programas de governo;
 - Apuração e emissão de guias dos impostos e contribuições sobre faturamento (ICMS, ICMS-ST, IPI, ISS, PIS, COFINS) e retidos (IRRF, CSLL, PIS, COFINS, ISS, INSS, CIDE);
 - Acompanhamento e instrução das alterações da legislação;
 - Atendimento às inspeções fiscais;
 - Elaboração e transmissão das obrigações acessórias (SPED Contribuições, DCTF, DIRF, Declarações Municipais/Distritais, GIA ICMS);
 - Assistir auditoria interna/externa e/ou inspeções fiscais;
 - Geração e disponibilização de relatórios padrões mensais de fechamento.
- Diretos
 - Emissão de notas fiscais em geral;

- Emissão das notas fiscais de compra e venda de energia elétrica relativas à comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional e, se aplicável, dos programas de governo, RGR e BUSA;
- Cálculo e emissão mensal/trimestral/anual de formulário de IRPJ e CSLL;
- Elaboração do LALUR;
- Elaboração de formulário de PER/DCOMP;
- Análises do crédito fiscal/impostos recuperáveis;
- ECD- Escrituração Contábil Digital;
- ECF- Escrituração Contábil Fiscal; e
- Atendimento a outras obrigações fiscais/tributárias aplicáveis à contratante.

O Processamento Financeiro abará:

- Tesouraria
 - Análise de informações e preparação de fluxo de caixa.
- Contas a pagar
 - Agendamentos de pagamentos via Internet banking;
 - Conciliação e baixa de pagamentos;
 - Controle operacional da carteira de títulos a pagar conferida com termos e condições;
 - Requisição de autorizações para efetuar pagamentos. A equipe financeira da Contratada terá acesso as contas bancárias apenas como operadora, não efetuarão liberação de pagamentos da ENBPar;
 - Pagamento ao exterior através de fechamento de câmbio.
- Contas a receber
 - Emissão de boletos bancários;
 - Monitorar todos os recebimentos;
 - Conciliar as notas fiscais emitidas, boletos e extrato bancário.

O Processamento de Faturamento contemplará:

- Análise tributária e procedimentos fiscais da operação de venda;

- Criação de um usuário do cliente no ERP da Contratada para inclusão de pedidos;
- Recebimento de formulário ou solicitação de faturamento preenchido no sistema da Contratada, pela ENBPar, incluindo preços de venda, dados do cliente e condições comerciais;
- Emissão de nota fiscal;
- Geração e disponibilização de relatórios padrões mensais de fechamento; e
- Atendimento das demais obrigações aplicáveis à contratante.

Será ainda operacionalizada a verificação independente do caixa relativo às entradas, saídas e conversões financeiras da moeda estrangeira aplicável.

O observatório digital (*dashboard*) contemplará:

- *Dashboards* e relatórios visuais para demonstrar aderência das operações, contabilidade, fiscal, tributária e trabalhista às boas práticas de mercado e ao regulamento estatutário;
- Possibilidade de alinhamento com indicadores estratégicos e operacionais;
- Possibilidade de disponibilizar consultas públicas e privadas para efeito de auditorias externas e internas.

IV. Fechamento

As atividades de fechamento contemplam a migração/transição dos serviços e informações para o ERP e a migração dos dados contábeis, fiscais, tributários, contratuais, recursos humanos e outros (se houver).

3. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados na própria empresa a ser Contratada, com, ao menos, uma reunião mensal presencial, a ser convocada pela ENBPar, na Sede da ENBPar em Brasília-DF e no Escritório da ENBPar no Rio de Janeiro - RJ.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

Os serviços deverão ser prestados com uma perspectiva de eficiência operacional na execução das atividades compreendidas no escopo deste Termo de Referência.

Além da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, conforme determina a Lei nº 13.303/2016, a ser exigida da Contratada previamente à assinatura do respectivo Contrato, será considerada a empresa que apresentar Atestado de Capacidade Técnica (ACT), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a capacidade para executar serviços objeto deste Termo de Referência.

O Contrato a ser pactuado será exclusivamente de "prestação de serviços", nos termos dos artigos 31 e seguintes da Lei nº 13.303/2016.

A contratação dar-se-á no regime de "empreitada por preço global" e sujeita, dentre outras, às condições contratuais a que se referem os artigos 38, 69, incisos VIII e IX, 78, §3º e 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016.

Serão de exclusiva responsabilidade da Contratada todos os encargos existentes ou vindouros, resultantes da execução do Contrato a ser pactuado, a saber: encargos trabalhistas, fiscais, tributários, previdenciários, sociais e comerciais.

As propostas deverão contemplar as fases de implementação dos macroprocessos, operacionalização e execução das rotinas e processos de trabalho, fechamento e migração das informações conforme descrito no escopo deste Termo de Referência.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

Da Qualificação Técnica

A qualificação técnica da proponente será aferida mediante a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (ACT), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o proponente realizou, até o encerramento das atividades contábeis referentes ao último exercício fiscal findo, a prestação dos serviços especializados de Outsourcing objeto deste TR, compreendendo: (a) disponibilização de

Sistema Integrado de Gestão (ERP); (b) escrituração contábil e fiscal; (c) emissão de notas fiscais de compra e venda de bens/prestação de serviços; e (d) apuração de tributos sobre o lucro de empresa enquadrada como lucro real.

O Atestado de Capacidade Técnica (ACT) deverá, obrigatoriamente, ser apresentado de forma clara e legível, sem rasuras, em papel timbrado do emitente, contendo a razão social ou a denominação social do emitente, o CNPJ do emitente, o local e o período (de início e de fim) de realização dos serviços, a assinatura e a identificação do emitente e deverá comprovar, ainda, que o proponente realizou a prestação de serviços para emitente que possua características financeiras similares às da ENBPar, com valores iguais ou superiores a:

- a) R\$ 615.000.000,00 (seiscentos e quinze milhões de reais) de patrimônio líquido;
- b) R\$207.000.000,00 (duzentos e sete milhões de reais) de faturamento médio mensal.

Os valores referenciados nas alíneas (a) e (b) acima representam, aproximadamente, 15% (quinze por cento) dos valores correspondentes ao último fechamento contábil da ENBPar anterior à data de publicação deste Edital.

O conceito de faturamento encontra-se diretamente intrínseco à formalização fiscal da venda de energia elétrica realizada pela ENBPar. Conforme art. 3º do Decreto nº 11.027/2022, a ENBPar, como Agente Comercializador de Energia de Itaipu Binacional, é responsável pela comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional consumida no Brasil, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.899/1973. Neste caso, conforme exigência fiscal, é necessária a emissão de Nota Fiscal para esse tipo de procedimento. Cabe destacar que, além de faturar a compra e a venda de energia comercializada de Itaipu Binacional, a ENBPar é responsável por todas as obrigações acessórias do referido faturamento.

A fim de se obter os quantitativos de valores das características financeiras similares às da ENBPar conforme alíneas (a) e (b) referidas acima, será aceita a soma de atestados até o limite de 6 (seis) atestados.

Os atestados efetivamente utilizados, em número máximo de 6 (seis), para se obter a soma dos quantitativos de valores dos emitentes com as características financeiras similares às da ENBPar, somente serão aceitos pela ENBPar se comprovarem, em seu conjunto, a prestação dos serviços descritos nas alíneas (a) a (d) acima. Será desclassificado o proponente que apresentar a soma de atestados, em número máximo de 6 (seis) atestados, que não atendam, em seu conjunto, as exigências objetivamente dispostas nos parágrafos acima referidos.

Caso o proponente apresente atestados em número superior a 6 (seis) atestados, a ENBPar realizará a combinação necessária a fim de verificar o atendimento às exigências objetivamente dispostas nos parágrafos acima referidos.

6. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência, no todo ou em parte.

7. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica: (i) todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; (ii) sejam mantidas as cláusulas e condições do Contrato; (iii) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e (iv) haja a anuência expressa da ENBPar quanto à continuidade do Contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obriga-se a Contratada a:

- i. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e da proposta da Contratada, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito e integral cumprimento do Contrato;
- ii. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade e qualidades necessárias e adequadas à execução do escopo dos serviços especificados neste Termo de Referência e na Proposta da Contratada;

- iii. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos, falhas e incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- iv. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, bem como por todo e qualquer dano causado à ENBPar, devendo ressarcir imediatamente a ENBPar em sua integralidade, ficando a ENBPar autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- v. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- vi. Comunicar ao Fiscal do Contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- vii. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela ENBPar ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- viii. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante toda a vigência do Contrato;
- ix. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- x. Submeter previamente, por escrito, à ENBPar, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Contrato e da proposta da Contratada;
- xi. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- xii. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- xiii. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- xiv. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta da Contratada, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na Lei nº 13.303/2016;
- xv. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

9. OBRIGAÇÕES DA ENBPar

São obrigações da ENBPar:

- i. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e com os termos da proposta da Contratada;
- ii. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- iii. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- iv. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidos no Contrato.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

O pagamento da respectiva Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados será efetuado pela ENBPar na forma e no prazo constantes no Contrato.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência, mediante atestado do Fiscal do Contrato acerca da entrega pela Contratada de toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais.

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação pela Contratada da seguinte documentação:

- Certidão Conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- Certidões de Regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital, Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- Prova de inexistência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- Declaração da Empresa Optante do Simples Nacional, se couber;
- Guia de Recolhimento do ISS, se couber.

11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência serão exercidos por um empregado da ENBPar, especialmente designado nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da ENBPar (art. 2º, inciso XXIV, 104 e 105), que ficará responsável pela verificação de conformidade da prestação dos serviços, técnicas e ferramentas empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato.

A fiscalização do contrato pela ENBPar não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante

de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da ENBPar ou de seus agentes e prepostos.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência, assim como a ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto contratado, ensejará rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e das sanções previstas nos art. 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à ENBPar serão deduzidos dos valores a serem pagos à Contratada, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

13. ESTIMATIVA DE CUSTO

O valor máximo aceitável para a contratação será sigiloso e tornado público, apenas e imediatamente, após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas. Entretanto, tal valor máximo aceitável para a contratação será disponibilizado, exclusiva e permanentemente, aos órgãos de controle externo e interno. O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no art. 34 da Lei nº 13.303/16, no §3º do art. 7º da Lei nº 12.527/11 e no art. 20 do Decreto nº 7.724/12.

14. GARANTIA

A Contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, com validade durante todo o período de vigência do contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, prorrogáveis por igual período, a critério da ENBPar, contados da data da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar o comprovante de prestação de garantia.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação originária.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que for notificada pela ENBPar.

A ENBPar executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS

Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Termo de Referência estão consignados no Programa de Dispêndio Global (PDG) aprovado pela Portaria ME nº 4.560, de 17 de maio de 2022, publicada no DOU de 18 de maio de 2022. Dotação Orçamentária: 2.205.900.000 para o exercício de 2022.

16. REAJUSTAMENTO

O reajuste do valor contratual, na forma prevista na legislação, poderá ser concedido em caso de períodos igual ou superior a 1 (um) ano e será adotado, como parâmetro básico, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA / EXECUÇÃO

O prazo de execução do objeto será de 12 (doze) meses e o prazo de vigência será de 14 (quatorze) meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato, sendo permitida a prorrogação contratual, mediante ajuste comum entre as Partes e celebração de termo aditivo, observado o disposto no artigo 71 da Lei nº 13.303/2016.

Brasília - DF, 01 de dezembro de 2022.

Stenio Schneider Cardona Rocha
Superintendente de Contabilidade

NUP 61984.003981/2022-29

CONTRATO Nº ENBPar-XX/202X-000X/00

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A **EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A – ENBPar** E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE OUTSOURCING PARA A GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL, FISCAL E TRIBUTÁRIA DAS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DAS ÁREAS DE COMPETÊNCIAS LEGAIS DA ENBPar, CONFORME ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO A.

Em de 20XX, em sua Sede, a **EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A – ENBPar**, CNPJ n.º 43.913.162/0001-23, situada no Centro Empresarial Parque da Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704 e 705, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200, doravante denominada – **ENBPar** e a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ n.º XX.XXX.XXX/000X-XX, estabelecida na Rua XXXXX, n.º XX, XXXXX – XXXXXX – XX, CEP: XX.XXX-XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato que foi precedido do processo de Licitação n.º 010/2022, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL** nos termos do Decreto n.º 10.024/19 e em conformidade com as Leis n.º 10.520/02, Lei n.º 13.303/16, subsidiariamente, Lei Complementar n.º 123/06, Lei Complementar n.º 139/11, Lei Complementar n.º 147/14, Decreto n.º 8.538/15, Decreto n.º 7.203/10, com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar, aprovado em 12 de abril de 2022, e as penalidades previstas no art. 185 da Lei n.º 14.133/21, subsidiariamente, estando as Partes sujeitas aos demais dispositivos legais pertinentes e às Cláusulas a seguir dispostas:

CLÁUSULA 1ª – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

1.1 – A minuta do presente Contrato foi aprovada pela Diretoria Executiva - DIREX da ENBPar, por meio da Resolução de Diretoria - RDE n.º 091, de 02 de dezembro de 2022, conforme Parecer Jurídico n.º 041/2022, de 03 de outubro de 2022, da Consultoria Jurídica (CONJUR) da ENBPar, ratificado pela Nota Jurídica n.º 13/2022, nos termos do inciso VII do art. 71 e do inciso IV do art. 72, ambos do Estatuto Social da ENBPar e do inciso VIII do art. 2º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

CLÁUSULA 2ª – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

2.1 – De acordo com o artigo 71, inciso VII, e artigo 72, inciso IV, ambos do Estatuto Social da ENBPar, o Diretor-Presidente tem competência para assinar este Contrato, juntamente com a Diretoria da Unidade Solicitante (DUS).

2.2 – De acordo com os Atos Constitutivos da CONTRATADA, o Sr. XXXXXXXXXXXX, CPF.: XXX.XXX.XXX-XX, tem competência para assinar este Contrato.

CLÁUSULA 3ª – DOS ANEXOS

3.1 – Fazem parte integrante deste Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

- A - Termo de Referência;
- B - Matriz de Risco;
- C - Certificado de Realização de Evento - CRE;
- D - Certificado de Aceitação Provisória - CAP;
- E - Certificado de Aceitação Definitiva - CAD; e
- F - Proposta de Preços da CONTRATADA.

3.2 – Em caso de divergência entre as cláusulas contratuais e os Anexos, prevalecerão as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais.

CLÁUSULA 4ª - DO OBJETO

4.1 – Contratação de serviços especializados de Outsourcing para a gestão financeira, contábil, fiscal e tributária das operações necessárias às atividades das áreas de competências legais da ENBPar, conforme detalhado no Termo de Referência - ANEXO A.

Detalhamento do Objeto

4.2 – Processamento contínuo das operações e das atividades associadas à comercialização, no Brasil, da energia elétrica gerada por Itaipu Binacional, englobando a emissão das notas fiscais de compra e venda de energia elétrica, atividades fiscais, tributárias, financeiras, contábeis e obrigações acessórias, dentre outras responsabilidades e atividades correlatas, e, ainda, ao processamento e controle financeiro, controle de contas a pagar e contas a receber, verificação independente de caixa e geração de indicadores gerenciais (*dashboard*);

4.3 – Processamento das operações e das atividades fiscais, tributárias, financeiras, contábeis, e demais obrigações acessórias correlatas, referentes à movimentação financeira, ao controle de pagamento dos contratos, à migração de saldos contábeis e ao cumprimento de outras responsabilidades fiscais, tributárias, financeiras e contábeis associadas, inerentes à atividade da ENBPar, inclusive na condição de *holding*;

4.4 – Detalhamentos contábeis e gerenciais necessários à ENBPar, englobando a importação, a exportação, a migração e a carga de dados e de informações para os sistemas que darão suporte às operações e às atividades descritas nos itens 4.2 e 4.3 acima;

4.5 – Obrigações específicas da ENBPar junto à ANEEL, ao ONS e à CCEE, bem como outras atividades que venham a constituir o objeto social da ENBPar até a data da contratação, naquilo em que concernentes aos serviços objeto deste Contrato;

4.6 - Caso haja prorrogação do prazo de execução deste Contrato, eventual e futuramente, por demanda específica da ENBPar, assessorar a configuração de Sistema ERP da ENBPar e prestar a execução, neste novo Sistema, das atividades descritas nos itens 4.2 a 4.5 acima.

CLÁUSULA 5ª – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1 – A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o prazo de execução, as condições de habilitação que tenham sido exigidas no processo de Licitação, que antecedeu a assinatura deste Contrato (artigo 69, inciso IX da Lei nº 13.303/2016).

5.2 – Constatada situação de irregularidade da CONTRATADA quanto a sua habilitação, a ENBPar providenciará sua notificação, por escrito, determinando prazo para que a CONTRATADA regularize sua situação junto aos órgãos competentes ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA 6ª – DAS OBRIGAÇÕES DA ENBPar

6.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e com os termos da proposta da Contratada;

6.2 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.3 - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.4 - Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidos no Contrato.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Executar os serviços conforme especificações no Termo de Referência e na Proposta da CONTRATADA, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito e integral cumprimento deste Contrato;

- 7.2** - Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade e qualidades necessárias e adequadas à execução do escopo dos serviços especificados no Termo de Referência e na Proposta da CONTRATADA;
- 7.3** - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos, falhas e incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 7.4** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto contratado, bem como por todo e qualquer dano causado à ENBPar, devendo ressarcir imediatamente a ENBPar em sua integralidade, ficando a ENBPar autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 7.5** - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 7.6** - Comunicar ao Fiscal do Contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique quanto à execução dos serviços.
- 7.7** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela ENBPar ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- 7.8** - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante toda a vigência deste Contrato;
- 7.9** - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Contrato, no prazo determinado;
- 7.10** - Submeter previamente, por escrito, à ENBPar, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Contrato e da Proposta da CONTRATADA;
- 7.11** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.12** - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.13** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato;
- 7.14** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da Proposta da CONTRATADA, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e

incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente na Proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na Lei nº 13.303/2016; e

7.15 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, ferramentas, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Critérios de Sustentabilidade Ambiental

7.16 – Garantir que não haja ocorrência de qualquer impacto ambiental resultante da execução do objeto deste Contrato, ficando a CONTRATADA inteiramente responsável por práticas caracterizadas como crime ambiental.

7.17 – Assumir todas as providências cabíveis para a correção dos danos que vier a causar ao meio ambiente em decorrência da execução de suas atividades.

CLÁUSULA 8ª - DO ESCOPO

8.1 – Para a eficiente consecução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá realizar as fases de implementação dos macroprocessos, operacionalização e execução das rotinas e processos de trabalho, fechamento e migração das informações nos seguintes termos:

8.1.1 - Gestão financeira-contábil-fiscal-tributária das operações necessárias às atividades da ENBPar, com fornecimento de Sistema de Gestão Integrado - ERP, em operações associadas **(a)** à comercialização, no Brasil, da Energia Elétrica gerada por Itaipu Binacional, **(b)** às atividades fiscais, tributárias, financeiras, contábeis, e demais obrigações acessórias correlatas, referentes à movimentação financeira e ao controle de pagamento dos contratos e ao cumprimento de outras responsabilidades fiscais, tributárias, financeiras e contábeis associadas inerentes a atividade da ENBPar, inclusive na condição de *holding*, **(c)** aos Programas de Governo (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia, Reserva Global de Reversão - RGR e Bens da União Sob Administração - BUSA) e demais atividades associadas às correlatas obrigações acessórias correlatas e **(d)** às obrigações específicas da ENBPar junto à ANEEL, ao ONS e à CCEE naquilo em que concernentes aos serviços contratados, bem como outras atividades que venham a constituir o objeto social da ENBPar até a data da contratação.

8.1.2. - Implementação

O processo de implementação é uma etapa importante, por ser o momento que antecede o início dos trabalhos e rotinas mensais. Tem por objetivo criar um diagnóstico atualizado das áreas tercei-

rizadas para servir de radar operacional e para se obter um histórico para suportar eventuais sugestões de melhorias.

Estima-se um prazo de 10 (dez) dias para a realização de um diagnóstico, mapeamento das operações e implantação dos novos procedimentos.

As principais atividades dessa fase de implementação são:

- Mapeamento das operações da empresa;
- Mapeamento dos produtos, tributação e regras fiscais da empresa;
- Validação das operações no sistema ERP;
- Verificação das obrigações societárias, fiscais, tributárias, trabalhistas e acessórias;
- Procedimentos das rotinas de fechamentos mensais;
- Análise das rotinas de segurança dos sistemas.

Como resultado desta fase, a Contratada ficará apta a dar sequência à operacionalização e execução de suas atividades administrativas.

8.1.3 - Operacionalização

Nesta fase, serão operacionalizados os seguintes processos:

- Processamento Contábil;
- Processamento Fiscal-Tributário;
- Processamento Financeiro (contas a receber, contas a pagar e fluxo de caixa);
- Processamento de Faturamento;
- Verificação Independente do Caixa;
- Observatório digital: *Dashboard* de Indicadores Gerenciais.

O Processamento Contábil contemplará em especial:

- Classificação contábil;

- Lançamentos contábeis;
- Geração de balancetes;
- Conciliações e análises das contas;
- Contabilidade/normas nacionais (BRGAAP);
- Normas internacionais IFRS (USGAAP);
- Apuração do Resultado mensal, trimestral e anual;
- Razão geral eletrônico;
- Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Emissão dos relatórios contábeis societários, fiscais, tributários, mensais/trimestrais/anuais;
- Elaboração das Demonstrações Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas;
- Consolidação das Demonstrações Financeiras da controladora ENBPar com as Demonstrações Financeiras das controladas;
- Elaboração das informações acessórias a serem encaminhadas à Receita Federal;
- Estoque, Controle e Gestão;
- Atendimento as auditorias internas/externas e fiscalizações;
- Ativo Fixo, Depreciação e Amortização;
- Geração e disponibilização de relatórios padrões mensais de fechamento; e
- Atendimento das demais obrigações aplicáveis à ENBPar.

Fiscais e Folha de Pagamentos:

- Apurações fiscais, estaduais e federais;
- Administração de taxas municipais;
- Controle de certidão negativas, no que se refere a tributos;
- Elaboração e entrega de todas as obrigações acessórias;
- Administração e renovação dos convênios estaduais.
- Apoio as áreas internas às demandas do REIDI;
- Entrega de obrigações trabalhistas sem movimento, quando for SPE;
- Atendimento a due dilligence ou auditoria externa quando necessário;
- Retenções de tributos para serviços e produtos tomados;
- Processamento da folha de pagamentos e obrigações acessórias.

O Processamento Fiscal compreenderá:

- Indiretos
 - Análise de notas fiscais recebidas e emitidas;
 - Análise da tributação;
 - Análise de todos os dados operacionais relativos à comercialização da energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, insumos básicos para emissão das notas fiscais de compra e venda de energia elétrica;
 - Análise de todos os dados operacionais relativos aos programas de governo;
 - Apuração e emissão de guias dos impostos e contribuições sobre faturamento (ICMS, ICMS-ST, IPI, ISS, PIS, COFINS) e retidos (IRRF, CSLL, PIS, COFINS, ISS, INSS, CIDE);
 - Acompanhamento e instrução das alterações da legislação;
 - Atendimento às inspeções fiscais;

- Elaboração e transmissão das obrigações acessórias (SPED Contribuições, DCTF, DIRF, Declarações Municipais/Distritais, GIA ICMS);
 - Assistir auditoria interna/externa e/ou inspeções fiscais;
 - Geração e disponibilização de relatórios padrões mensais de fechamento.
- Diretos
 - Emissão de notas fiscais em geral;
 - Emissão das notas fiscais de compra e venda de energia elétrica relativas à comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional e, se aplicável, dos programas de governo, RGR e BUSA;
 - Cálculo e emissão mensal/trimestral/anual de formulário de IRPJ e CSLL;
 - Elaboração do LALUR;
 - Elaboração de formulário de PER/DCOMP;
 - Análises do crédito fiscal/impostos recuperáveis;
 - ECD- Escrituração Contábil Digital;
 - ECF- Escrituração Contábil Fiscal; e
 - Atendimento a outras obrigações fiscais/tributárias aplicáveis à ENBPar.

O Processamento Financeiro abará:

- Tesouraria
 - Análise de informações e preparação de fluxo de caixa.
- Contas a pagar
 - Agendamentos de pagamentos via Internet banking;
 - Conciliação e baixa de pagamentos;

- Controle operacional da carteira de títulos a pagar conferida com termos e condições;
 - Requisição de autorizações para efetuar pagamentos. A equipe financeira da Contratada terá acesso as contas bancárias apenas como operadora, não efetuarão liberação de pagamentos da ENBPar;
 - Pagamento ao exterior através de fechamento de câmbio.
- Contas a receber
 - Emissão de boletos bancários;
 - Monitorar todos os recebimentos;
 - Conciliar as notas fiscais emitidas, boletos e extrato bancário.

O Processamento de Faturamento contemplará:

- Análise tributária e procedimentos fiscais da operação de venda;
- Criação de um usuário do cliente no ERP da Contratada para inclusão de pedidos;
- Recebimento de formulário ou solicitação de faturamento preenchido no sistema da Contratada, pela ENBPar, incluindo preços de venda, dados do cliente e condições comerciais;
- Emissão de nota fiscal;
- Geração e disponibilização de relatórios padrões mensais de fechamento; e
- Atendimento das demais obrigações aplicáveis à ENBPar.

Será ainda operacionalizada a verificação independente do caixa relativo às entradas, saídas e conversões financeiras da moeda estrangeira aplicável.

O observatório digital (*dashboard*) contemplará:

- *Dashboards* e relatórios visuais para demonstrar aderência das operações, contabilidade, fiscal, tributária e trabalhista às boas práticas de mercado e ao regulamento estatutário;

- Possibilidade de alinhamento com indicadores estratégicos e operacionais;
- Possibilidade de disponibilizar consultas públicas e privadas para efeito de auditorias externas e internas.

8.1.4 - Fechamento

As atividades de fechamento contemplam a migração/transição dos serviços e informações para o ERP e a migração dos dados contábeis, fiscais, tributários, contratuais, recursos humanos e outros (se houver).

CLÁUSULA 9ª - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste Contrato serão exercidos por um empregado da ENBPar, especialmente designado nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da ENBPar (arts. 2º, inciso XXIV, 104 e 105), que ficará responsável pela verificação de conformidade da prestação dos serviços, técnicas e ferramentas empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste Contrato.

9.2 - A fiscalização deste Contrato pela ENBPar não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da ENBPar ou de seus agentes e prepostos. **9.3** - A Fiscalização acompanhará o cumprimento das disposições contratuais, inspecionará os serviços e terá plenos poderes para:

- a) Propor as medidas que couberem para cada caso não especificado no Termo de Referência;
- b) Rejeitar, a qualquer tempo, material, ferramenta ou serviço, que deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sob sua exclusiva e integral responsabilidade, sem ônus para a ENBPar;
- c) Certificar autorizando os pagamentos do objeto adquirido/serviço; e
- d) Emitir o CAP e ou CAD, atestando o perfeito recebimento do objeto contratado.

9.4 - O Fiscal do Contrato poderá, a qualquer tempo, solicitar informações ou documentos para averiguar o cumprimento das obrigações legais por parte da CONTRATADA.

9.5 – Todas as comunicações entre o Fiscal do Contrato e a CONTRATADA serão feitas por escrito.

CLÁUSULA 10ª – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS

10.1 – Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Contrato estão consignados no Programa de Dispêndio Global (PDG) aprovado pela Portaria ME nº 4.560, de 17 de maio de 2022, publicada no DOU de 18 de maio de 2022 e correrão por conta da Dotação Orçamentária nº 2.205.900.000 para o exercício de 2022.

CLÁUSULA 11ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO/DA FORMA DE FORNECIMENTO

11.1 – O regime de execução deste Contrato é de empreitada por preço global de prestação contínua sem interrupções.

11.2 - Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato, no todo ou em parte.

CLÁUSULA 12ª - DO VALOR/PREÇO

12.1 – O valor total deste Contrato é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx):

12.2 - O valor acima inclui:

- I) Todos os materiais, serviços, ferramentas e componentes empregados para execução integral e perfeita do objeto contratado;
- II) Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a Contratada para execução integral e perfeita do objeto contratado; e
- III) Todas as despesas com o pessoal da Contratada, tais como mão de obra, deslocamentos, estadias e diárias, se for o caso.

CLÁUSULA 13ª - DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento da Nota Fiscal referente ao objeto contratado será efetuado pela ENBPar, por meio de depósito bancário.

A Nota Fiscal será emitida contendo, discriminadamente:

- a) número do Contrato;
- b) nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito; e
- c) descrição do serviço;
- d) dados da ENBPar:

EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar - CNPJ: 43.913162/0001-23 - Endereço: Centro Empresarial Parque da Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702,704 e 705, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200.

13.2 - A fim de contagem de prazo para pagamento, os documentos protocolados no período de 01 a 06 do mês, o vencimento dar-se-á no dia 26 (vinte e seis) do mesmo mês; os protocolados no período de 07 a 16 do mês, o vencimento dar-se-á no dia 06 (seis) do mês seguinte e os protocolados no período de 17 a 31 do mês, o vencimento dar-se-á no dia 16 (dezesseis) do mês seguinte.

13.3 - A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto deste Contrato, mediante atestado do Fiscal do Contrato acerca da entrega pela CONTRATADA de toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais.

13.4 - A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação pela Contratada da seguinte documentação:

- Certidão Conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- Certidões de Regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital, Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- Prova de inexistência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- Declaração da Empresa Optante do Simples Nacional, se couber;
- Guia de Recolhimento do ISS, se couber.

CLÁUSULA 14ª – DO REAJUSTAMENTO

14.1 – O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser concedido em caso de períodos igual ou superior a 1 (um) ano e será adotado, como parâmetro básico, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, sobre o preço referido na Cláusula 12ª. deste Instrumento.

CLÁUSULA 15ª – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1 – A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da ENBPar ou mediante solicitação da CONTRATADA, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado a CONTRATADA nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- a) a CONTRATADA deverá formular à ENBPar um estudo pormenorizado para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b) a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de

transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e

c) com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor pactuado.

15.2 – A variação cambial não poderá ser considerada suficiente para fundamentar o pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Há a necessidade de uma análise global dos custos, incluindo todos os insumos relevantes e não só aqueles que sofreram incidência da moeda estrangeira;

15.3 – Comprovar o rompimento severo na equação econômico-financeira, impondo a onerosidade excessiva a uma das Partes;

15.4 – A variação cambial deve fugir à flutuação cambial típica de regime de câmbio flutuante;

15.5 – A elevação dos encargos não pode derivar de conduta culposa da CONTRATADA;

15.6 – Comprovação de que para cada insumo ou serviço, a CONTRATADA contraiu obrigação em moeda estrangeira e recebeu pagamento em moeda nacional (não haverá indexação pela variação cambial);

15.7 – Deve haver nexo de causalidade entre o evento superveniente e a onerosidade excessiva;

15.8 – Considerar os reajustes concedidos nas análises dos pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro;

15.9 – Independentemente de solicitação, a ENBPar poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na Proposta da CONTRATADA, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pela ENBPar; e

15.10 – A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

a) caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

- c) a ENBPar deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 90 (noventa) dias, contados da solicitação e da entrega pela CONTRATADA dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do ENBPar, enquanto a CONTRATADA não apresentar a documentação solicitada para a com provação da variação de custos; e
- d) caso a CONTRATADA não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

CLÁUSULA 16ª – DA MATRIZ DE RISCO

16.1 – A ENBPar e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à Parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos - ANEXO B - deste Contrato.

16.2 – A revisão de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

16.3 – É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA 17ª - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

17.1 – O prazo de execução deste Contrato é de 12 (doze) meses e o de vigência é de 14 (quatorze) meses, iniciando-se em XX de XXXXX de XXXX, sendo permitida a prorrogação contratual, mediante ajuste comum entre as Partes e celebração de termo aditivo, observado o disposto no artigo 71 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA 18ª – DAS GARANTIAS

GARANTIA CONTRATUAL

18.1 – A CONTRATADA apresentará garantia, no valor de R\$XXXXXX (XXXXXXXXXXXX), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste Contrato, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, com validade durante todo o período de vigência deste Contrato, conforme as seguintes modalidades:

- I - caução, em dinheiro;
- II - seguro-garantia; ou
- III - fiança bancária.

18.2 - No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, prorrogáveis por igual período, a critério da ENBPar, contados da data da assinatura deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de prestação da garantia.

18.3 - No caso de alteração do valor deste Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação originária.

18.4 - Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que for notificada pela ENBPar.

18.5 - O montante caucionado em dinheiro, será restituído após o término de vigência deste Contrato e será atualizado monetariamente (art. 70, §4º da Lei nº 13.303/2016).

18.6 - A CONTRATADA receberá uma cópia deste Contrato, assinado e digitalizado, a fim de permitir a obtenção da garantia.

CLÁUSULA 19ª - DA ALTERAÇÃO

19.1 – Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as Partes, observadas as hipóteses e limites previstos no art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

19.2 – É vedada a modificação contratual que mude a natureza do objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência.

19.3 – As alterações contratuais serão formalizadas por termo aditivo, ressalvadas as hipóteses legais previstas no art. 81, §7º da Lei nº 13.303/2016, que podem ser registrados por apostilamento.

Da Alteração Subjetiva

19.4 – É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica: (i) todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; (ii) sejam mantidas as cláusulas e condições deste Contrato; (iii) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e (iv) haja a anuência expressa da ENBPar quanto à continuidade do Contrato.

CLÁUSULA 20ª – DA RESCISÃO

18.1 - Este Contrato poderá ser rescindido:

I – Unilateralmente e por escrito pela ENBPar, nos casos enumerados nos subitens I a XII e XIV do Item 20.3 deste Contrato;

II – Por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência para a ENBPar; ou

III – No âmbito judicial.

20.2 - A rescisão unilateral ou por acordo entre as Partes deverão ser precedidas de autorização escrita e justificada do Diretor-Presidente da ENBPar.

20.2.1 - A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão, sem prejuízo das consequências cabíveis.

20.3 – Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- I – Descumprimento material e não remediado dos prazos estabelecidos neste Contrato;
- II – Lentidão do cumprimento deste Contrato, gerando à ENBPar a impossibilidade da conclusão do objeto deste Contrato nos prazos e condições estipulados;
- III – Atraso injustificado da execução do objeto deste Contrato;
- IV – Paralisação da execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação à ENBPar;
- V – Subcontratação do objeto contratual, bem como a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, quando vedadas no Edital de Licitação ou neste Contrato;
- VI – Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas em registro próprio pelo Fiscal do Contrato, sem a devida regularização das faltas ou defeitos observados;
- VII – Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- VIII – Dissolução da CONTRATADA;
- IX – Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
- X – Razões de interesse da ENBPar, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- XI – Atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos deste Contrato, ou nas parcelas do objeto contratual já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XII – Não liberação, por parte da ENBPar, de área ou local para execução do objeto contratual, nos prazos estabelecidos neste Contrato;
- XIII – Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução deste Contrato, e, ainda, ocorrência do perecimento do objeto contratual; ou
- XIV – Não constituição de garantias no prazo e nas condições previstos neste Contrato.

20.4 - Quando a rescisão ocorrer com base nos subitens X a XIII do Item 20.3, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- I – Devolução de garantia;
- II – Pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão; e/ou

III – Pagamento do custo da desmobilização.

20.4.1 - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução contratual, será prorrogado, automaticamente por igual tempo.

20.4.2 – A rescisão de que tratam os subitens I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XIV do Item 20.3 acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato:

I - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da ENBPar; e

II - Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à ENBPar, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA 21^a – DAS SANÇÕES

21.1 – Com fulcro nos arts. 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016, pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste Contrato; e

III - Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a ENBPar, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.2 - As sanções previstas nos subitens I e III poderão ser aplicadas em conjunto com o subitem II, devendo a defesa prévia da CONTRATADA ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

21.3 - A sanção prevista no subitem III poderá também ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84, incisos I, II e III, da Lei nº 13.303/16.

21.4 - A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas ocorrências que não impliquem prejuízo para a ENBPar e que não comprometam a continuidade da execução do objeto deste Contrato.

21.5 - No caso de atraso injustificado na execução do objeto contratual de que trata o subitem III do Item 20.3, a ENBPar aplicará à CONTRATADA, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, multa moratória equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) *pro rata die* sobre o valor global deste Contrato, contada a partir do prazo limite estabelecido para conclusão do evento, limitada a 20% (vinte por cento) do valor global deste Contrato, podendo essa importância ser executada da garantia contratual ou deduzida dos créditos da CONTRATADA decorrentes deste Contrato.

21.6 - O descumprimento das demais condições pactuadas, sem prejuízo de outras cominações previstas em lei, acarretará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, podendo essa importância ser deduzida dos créditos da CONTRATADA decorrentes deste Contrato.

21.7 - A multa, de que trata o subitem II do Item 21.1, será aplicada após regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, e será descontada da garantia contratual prestada pela CONTRATADA.

21.8 - Se a multa, de que trata o subitem II do Item 21.1, for de valor superior ao valor da garantia contratual, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a ser deduzida dos créditos da CONTRATADA decorrentes deste Contrato, e, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

21.9 - As sanções e consequências previstas neste Contrato poderão ser aplicadas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

21.10 - As multas previstas neste Contrato não impedem a ENBPar de rescindir o Contrato e de aplicar demais sanções previstas em lei.

CLÁUSULA 22ª - DOS ILÍCITOS PENAIIS

22.1 - As infrações penais tipificadas no artigo 41 da Lei nº 13.303/16 c/c artigo 185 da Lei nº 14.133/2021 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA 23ª - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

23.1 - Será considerado caso fortuito ou de força maior, para efeitos de rescisão contratual unilateral ou de aplicação de multa, o inadimplemento decorrente das situações a seguir, descritas, quando vierem a afetar a execução do objeto deste contrato:

I - Greve geral;

II - Interrupção dos meios normais de transportes;

III - Calamidade pública;

IV - Acidentes, sem culpa da CONTRATADA, que impliquem retardamento da execução do objeto deste Contrato;

V - Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais;

VI - Eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do objeto contratual ou de suas especificações, desde que autorizada pela ENBPar; e

VII - Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro.

23.2 - Quaisquer dos motivos acima enumerados deverão ser devidamente justificados pela CONTRATADA perante a ENBPar, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

CLÁUSULA 24ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DO SIGILO

24.1 - Quando da realização de tratamento de dados pessoais, seja como controlador ou operador, as Partes obrigam-se a atuar, quer seja através de seus representantes legais, colaboradores ou por terceiros que participem diretamente ou por determinação destes, em conformidade com a Lei nº

13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados acerca da matéria, assim como as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores competentes emitidas posteriormente à assinatura deste Contrato.

24.2 – As Partes executarão os trabalhos, em que haja tratamento de dados pessoais, a partir das premissas e princípios da Lei nº 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

24.3 – As Partes concordam que o tratamento de dados pessoais, sempre que necessário, observará o consentimento do titular dos dados pessoais, de forma livre, informada, inequívoca e relacionada à finalidade determinada.

24.4 – As Partes se comprometem, mutuamente, ao cumprimento da Lei nº 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), devendo alterar ou adequar as regras de negócios aplicáveis a essas premissas legais, sempre que solicitado ou necessário, além de utilizarem os serviços seguindo as regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

24.5 – As Partes ficam obrigadas a manter registro contínuo das operações de tratamento de dados pessoais que realizam, especificando prazo, tempo de processamento, segurança, finalidade, sigilo e base legal, conforme art. 37 da Lei nº 13.709/2018, o registro terá “extrema importância, quando o processamento se der por interesse do Controlador e Operador – hipótese de dispensa de consentimento, art. 7º, IX, LGPD.

24.6 – Por este Contrato, as Partes manterão todas as informações que tiver acesso no exercício ou em decorrência de suas atividades, em estrito sigilo e confidencialidade, comprometendo-se a não divulgar, direta ou indiretamente, ativa ou passivamente, qualquer informação a terceiros, sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte, bem como, usará tais informações exclusivamente para o desenvolvimento do objeto deste Contrato.

24.7 – As Partes asseguram que medidas técnicas e organizacionais de segurança estão sendo utilizadas para proteger os dados pessoais contra tratamento ilícito e desautorizado e contra vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo.

24.8 – As Partes informarão imediatamente e prestarão toda a colaboração necessária em caso de investigação ou instauração de procedimento administrativo em razão de quebra de segurança, ou suspeita da mesma.

24.9 – As Partes asseguram que quaisquer colaboradores ou prestadores de serviços externos que atuem em conjunto com qualquer dos partícipes na realização dos seus serviços e que venham a ter acesso a dados pessoais cumpram as legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, bem como as disposições do presente documento.

24.10 – Cada partícipe declara expressamente que tem ciência de que será o único e exclusivo responsável por qualquer violação à legislação aplicável em razão de tratamento ilícito e desautorizado de dados pessoais sob seu controle, bem como em caso de vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo de tais informações.

CLÁUSULA 25ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 - Este Contrato não implica vínculo de natureza empregatícia/trabalhista entre a ENBPar e os empregados ou prepostos da CONTRATADA e nem entre a ENBPar e os empregados ou prepostos de eventual subcontratada.

25.1.1 - A fim de atender ao disposto neste Contrato, a CONTRATADA declara, de forma irrevogável e irretratável, que executará o objeto contratual sem caracterização de vínculo empregatício/trabalhista, sem subordinação ou pessoalidade com a ENBPar, sendo o objeto deste contrato executado pela CONTRATADA com total autonomia.

25.2 - Em qualquer demanda judicial, oriunda direta ou indiretamente deste Contrato, a CONTRATADA declara, de forma irretratável e irrevogável, que assumirá o polo passivo da ação judicial, eximindo, desde já, a ENBPar de quaisquer responsabilidades pelo litígio, bem como que solicitará, automaticamente, a exclusão da ENBPar da lide, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a discussão judicial.

CLÁUSULA 26ª – DO FORO

26.1 - Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir controvérsias que se originarem deste Contrato.

CLÁUSULA 27ª - DOS ENDEREÇOS / INFORMAÇÕES

27.1 - As comunicações entre as Partes deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

ENBPar:

EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar

CNPJ: 43.913162/0001-23 - Endereço: Centro Empresarial Parque da Cidade, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701,702,704 e 705, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200.

Conta-Corrente: XXX Agência: XXXXX Banco: XXXXX

Endereço de e-mail: xxxxx@enbpar.gov.br

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Rua XXXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXXX – XX, CEP: XX.XXX-XX

Tel.: XXXXXXXX - Contato: XXXXXXXXXXXXX - E-mail: XXXXXX@XXXXXX

Conta Corrente: XXXX - Agência: XXXX - Banco: XXXXX

Endereço de e-mail: xxxxx@xxxxxx.com.br

CLÁUSULA 28ª - DOS ORIGINAIS E CÓPIAS

28.1 – Deste Contrato, foram elaboradas três vias idênticas, uma via para a ENBPar, uma via para a EMGEPRON (entidade promotora da Licitação) e uma via para a CONTRATADA, bem como uma cópia, em extrato, para publicação no Diário Oficial da União - DOU. E, por assim acordadas, as Partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado pelas Partes e pelas testemunhas a seguir nominadas.

Brasília – DF, XX de XXXX de 20XX.

ENBPar:

NEY ZANELLA DOS SANTOS

Rubrica

Diretor-Presidente

ARMANDO CASADO DE ARAÚJO

Rubrica

Diretor Financeiro

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Rubrica

XXXXXXX

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXX

Rubrica

XXXXXXXXXX

Rubrica

NUP: 61984.003981/2022-29
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2022

MATRIZ DE RISCOS

As matrizes de riscos mostradas a seguir, baseiam-se na Norma ISO/IEC 31000 – Gerenciamento de Riscos, publicada pela International Organization for Standardization – ISO e têm como objetivo caracterizar a escolha da alternativa mais adequada para contratação de serviços especializados de *Outsourcing* para a gestão financeira, contábil, fiscal, tributária das operações necessárias às atividades institucionais da ENBPar.

A alternativa avaliada pelas matrizes de riscos apresentadas, levam em consideração a premissa da contratação de serviços especializados de *Outsourcing*. Nessa situação, alguns itens de riscos foram considerados:

Não ter as devidas informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira
Pagamentos indevidos de despesas
Multas e processos fiscais
Fraudes e irregularidades

Para essa Norma, a escala deve ser adotada como mostra a Tabela 1:

TABELA 1: ESCALA DE PROBABILIDADE E PESO

Probabilidade de	Descrição da Probabilidade	Peso
Muito Baixa	Improvável. Em situações excepcionais. Nada indica essa possibilidade.	1
Baixa	Rara. Só ocorre de forma inesperada e casual.	2
Média	Possível. De alguma forma o evento poderá ocorrer. Indicação moderada.	5
Alta	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer. Forte indicação.	8
Muito alta	Praticamente certa. De forma inequívoca. Indicação clara de ocorrência.	10

A matriz Probabilidade x Impacto é então representada da seguinte forma, conforme mostra a Tabela 2 a seguir:

TABELA 2: P X I – NÍVEL DE RISCO INERENTE

Impacto	10 - Muito Alto	10 - RM	20 - RM	50 - RA	80 - RE	100 - RE
	8 - Alto	8 - RB	16 - RM	40 - RA	64 - RA	80 - RE
	5 - Médio	5 - RB	10 - RM	25 - RM	40 - RA	50 - RA
	2 - Baixo	2 - RB	4 - RB	10 - RM	16 - RM	20 - RM

	1 -Muito Baixo	1 - RB	2 - RB	5 - RB	8 - RB	10 - RM
		1 – Muito Baixa	2 - Baixa	5- Média	8- Alta	10 - Muito Alta
Probabilidade						

Onde:

RB – Risco Baixo

RM – Risco Médio

RA – Risco Alto

RE – Risco Extremo

Com isso, a análise dos Riscos associados à escolha da contratação de serviços especializados, com estrutura eficiente e adequada para gestão financeira, contábil, fiscal e tributária das operações necessárias às atividades da ENBPar de comercialização, no Brasil, da energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional, dos programas de governo, RGR e BUSA, além das demais obrigações acessórias correlatas.

TABELA 3 – MATRIZ DE RISCOS PARA A NÃO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE *OUTSOURCING* PARA A GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL, FISCAL, TRIBUTÁRIA DAS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DA ENBPAR

Riscos Identificados	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco Inerente
Não ter as devidas informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira	10	8	80
Pagamentos indevidos de despesas	8	5	40
Multas e processos fiscais	10	8	80
Fraudes e irregularidades	10	10	100

Esses riscos acima, por si só, já apontam para a tomada de decisão no sentido da **responsabilidade, prudência e coerência**, mantendo a contratação de serviços especializados de *Outsourcing* para a gestão financeira, contábil, fiscal, tributária das operações necessárias às atividades institucionais da ENBPar.

NUP: 61984.003981/2022-29

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2022

CRE – CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE EVENTO

		C R E Certificado de Realização de Evento	
		CRE n.:	DATA:
1. DOCUMENTO DE AQUISIÇÃO OU CONTRATO:		2. VIGÊNCIA:	
		xx/xx/xx a xx/xx/2023	
3. CONTRATADA:			
4. ÁREA E CENTRO DE CUSTO:		5. CONTA CONTÁBIL:	
6. EVENTO:		7. DESCRIÇÃO:	
Cláusula xxxx xxxxxx Pagamento da Xx parcela de			
8. DOCUMENTOS ANEXOS:		9. CD n.:	
10. OBSERVAÇÕES:			
11. ATESTO			
Certificamos que a Contratada cumpriu o (s) evento (s) acima descrito (s), por isso atestamos o documento fiscal.			
AUTORIZADO POR:		DE ACORDO:	
G2		G1	

NUP: 61984.003981/2022-29
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2022

CAP – CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

	CAP CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA	NÚMERO _____/2022
CONTRATO:		
CONTRATADA:		
OBJETO:		
LOCAL DE INSTALAÇÃO:		
A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ENBPar, de conformidade com as disposições contratuais preestabelecidas, certifica, em caráter provisório, a aceitação do xxxxxx acima descritos.		
ANEXOS A ESTE CERTIFICADO:		
OBSERVAÇÕES:		
LOCAL: Brasília-DF.	DATA:	
<hr/>		

NUP: 61984.003981/2022-29

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2022

CAD – CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA

	CAD CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA	NÚMERO/2022
CONTRATO.:		
CONTRATADA:		
OBJETO:		
LOCAL DE APLICAÇÃO:		
<p>O serviço prestado/ objeto entregue pela empresa _____, ocorreu dentro das normas e condições estabelecidas, respeitando os padrões de qualidade exigidos, fato pelo qual declaramos encerradas as atividades pactuadas no referido Instrumento, não existindo nenhuma obrigação contratual pendente. Assim, declaramos a quitação total e o recebimento definitivo do objeto contratual, ressalvado fato superveniente conhecido após a emissão deste CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA – CAD.</p>		
DOCUMENTOS VINCULADOS A ESTE CAD:		
ANEXOS A ESTE CERTIFICADO:		
OBSERVAÇÕES:		
LOCAL:	Brasília, DF	DATA:
ENBPar		

NUP: 61984.003981/2022-29
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2022
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

À ENBPar

Ref.: Edital de PREGÃO N.º _____ Item _____

Prezados Senhores,

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, vimos apresentar a nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente.

Atestamos que a validade da presente proposta comercial é de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para entrega da mesma.

Declaramos que o valor total é de R\$ _____ (_____).

Descrição	Valor Total (R\$) (12 meses)
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE OUTSOURCING PARA A GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL, FISCAL, TRIBUTÁRIA DAS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DAS ÁREAS DE COMPETÊNCIAS LEGAIS DA ENBPAR	

Brasília, de _____ de 2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2022

NUP: 61984.003981/2022-29

DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO (Art. 38º, Parágrafo Único da Lei nº 13.303/2016)

A empresa XXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, declara sob as penalidades cabíveis, em atendimento ao disposto no Edital, que:

- a) seus administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem seu quadro técnico não possuem familiar detentor de cargo comissionado ou função de confiança na ENBPar; e

- b) fica entendido como familiar, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

XXXXXXXXXXXXXXXX, XXX de XXXXXXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX